



GT 058. Processos identitários étnicos, território e tradições de conhecimento

Claudia Mura (UFAL) - Coordenador/a, Edviges
Marta Ioris (Universidade Federal de Santa
Catarina) - Coordenador/a, Estêvão Martins Palitot
(Departamento de Ciências Sociais UFPB) -
Debatedor/a, Alexandra Barbosa da Silva (UFPB) -
Debatedor/a, José Mauricio Paiva Andion Arruti
(UNICAMP) - Debatedor/a

Com objetivo de dar continuidade ao debate iniciado na última RBA, este GT pretende reunir pesquisas etnográficas que focam os processos identitários étnicos e territoriais, com especial atenção às dinâmicas da organização social do conhecimento que os acompanham. Procura-se alimentar o espaço de diálogo e análise sobre o gerenciamento, distribuição e hierarquização do conhecimento em diferentes contextos experienciais (históricos e políticos) que definem específicas relações de poder e de modos de significação e elaboração étnica. Nesses termos, a proposta tem como base uma abordagem gerativa e comparativa, fundamentada nos desdobramentos analíticos de Barth para uma sociologia do conhecimento que visa esclarecer as formas como a diferenciação, a alteridade, a gerada e reproduzida através de constantes fluxos culturais. Serão valiosas as contribuições provenientes de investimentos empíricos que abordam os processos de mudança (sociais, políticas e econômicas), as elaborações de cosmologias e manifestações simbólicas, bem como os quadros morais que orientam as experiências individuais e coletivas no estabelecimento e gerenciamento das relações intra e interétnicas. Também bemvindas são as contribuições que abordam as unidades sociopolíticas em diferentes escalas, como famílias e/ou linhagens, e que analisam a forma como as alianças se efetivam no tempo e espaço -extravasando ou não o nível étnico-, assim como as variações na elaboração e sistematização dos fluxos culturais.

Identificação étnica e territorialidade no Nordeste, hoje: Um estudo de caso do Povo Karuazu

Autoria: Daniela Oliveira da Silva

Pensar em povos indígenas no Nordeste hoje, é reconhecer uma história de resistência, manutenção e ao mesmo tempo de descoberta e redescoberta da identidade étnica. Ao trabalhar essa reconstrução da identidade, perpassa-se por uma das principais bases, a territorialidade, pois o auto-reconhecimento, retoma a memória da ancestralidade, a qual está ligada a um territorialidade e uma espiritualidade. Nesse caminho de construção e reconstrução da identidade, os povos indígenas no Nordeste brasileiro devido aos diversos processos de contato e esbulho de seu território, submetidos a situações de violência física, psicológica e cultural. Foram obrigados a assumir como estratégias de sobrevivência a invisibilidade de suas identidades, cultura e tradição. Só a partir da década de 1970 é que essas populações irão assumir o protagonismo de sua história, a medida que iniciaram suas lutas pelo reconhecimento étnico e pela demarcação de terras, mediante a conquista do direito previsto em lei na Constituição Federal de 1988, temos o desvelamento de vários povos indígenas no Nordeste. Nesse novo cenário vemos o despertar de novas identidades dos "Povos resistentes". Como estudo de caso, tomamos o Povo Karuazu em Pariconha, Alagoas, Povo Karuazu, no município de Pariconha, Alto Sertão alagoano, autodenominam-se e são reconhecidos como "Ponta de rama" Pankararu, foram reconhecidos oficialmente em 1999. Ao analisar o grupo étnico em questão sobre o processo de ressurgência étnica, passado quase 20 anos de reconhecimentos, mesmo com os direitos garantidos em lei, percebe-se a morosidade e falta de interesse do governo em relação aos povos indígenas. Embora seja dado o reconhecimento étnico, quando trata-se da questão territorial os processos de



identificação são negado. Atualmente vê-se uma série de medidas governamentais que retiram os direitos dos povos, por exemplo, o Marco temporal; PEC 215; o parecer 001/207; entres outras. Nesse cenário de desmonte político e de uma política anti-indígena, onde o interesse do capital se volta mais uma vez, para as terras indígenas é de extrema importância que os setores acadêmicos e a sociedade civil discutam sobre a questão dos povos indígenas, especialmente no Nordeste, os quais, serão os mais prejudicados com a implementação destas leis.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**